

JÚRI SIMULADO: REFUGIADOS E IMIGRANTES

Andréa Xavier da Silva Sousa ¹

Iasmin Bastos Rodrigues ²

Raphael Barros de Sousa Neto ³

Laila de Souza Gomes Pessanha ⁴

RESUMO

O presente trabalho relata uma experiência desenvolvida no ano de 2025 com estudantes do Ensino Médio, no contexto da Educação Básica, cujo objetivo principal foi promover a reflexão crítica e o protagonismo juvenil por meio do debate sobre os fluxos migratórios no Brasil e no mundo. A proposta não se baseia no julgamento do que é certo ou errado, mas na valorização e estimulação da argumentação fundamentada, por meio da simulação de um tribunal. A atividade foi estruturada em formato de júri simulado, no qual a turma foi dividida em dois grupos: defesa e acusação, ambos amparados por pesquisas em fontes confiáveis. Foram debatidos temas complexos como: xenofobia, terrorismo, emprego, cultura, intolerância religiosa e crenças. A metodologia adotada está ancorada na Geografia Crítica, que rompe com a ideia de neutralidade do conhecimento e busca um ensino engajado, articulado à realidade social, econômica e política contemporânea. O projeto também se fundamenta nos princípios dos direitos humanos e da cidadania. Durante a atividade, observou-se o envolvimento significativo dos alunos nas etapas de pesquisa, organização dos argumentos e participação no debate. Os resultados apontam para uma aprendizagem crítica e contextualizada, em que os estudantes demonstraram compreender a complexidade dos movimentos migratórios e os múltiplos interesses envolvidos nesses processos. Conclui-se que a estratégia do júri simulado favoreceu o protagonismo estudantil, a autonomia intelectual e a construção de saberes alinhados às demandas da atualidade.

Palavras-chave: Migração, Ensino Médio, Júri simulado.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o processo migratório constitui um dos temas mais debatidos nas agendas políticas e acadêmicas globais, sendo de grande relevância para a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e culturais da atualidade.

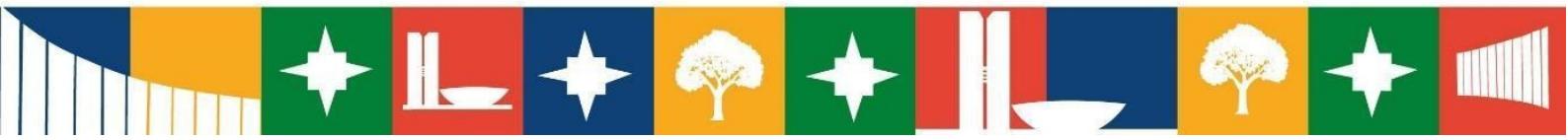
Partindo deste pressuposto, sabe-se que os fluxos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade. Nas últimas décadas, porém, os deslocamentos tornaram-se mais intensos, impulsionados pelas guerras, crises econômicas, catástrofes ambientais,

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal Fluminense (IFFFluminense) - RJ, andrea.xssousa@gmail.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal Fluminense (IFFFluminense) - RJ, iasmin.rodrigues@gsuite.iff.edu.br;

³ Mestre em Ensino e Suas Tecnologias do Instituto Federal Fluminense (IFFFluminense) - RJ, prof.rafael.trab@gmail.com;

⁴ Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades; Instituto Federal Fluminense (IFFFluminense) - RJ, lsgomes@iff.edu.br.





perseguições religiosas, políticas ou étnicas e desigualdades socioeconômicas, que levaram muitas pessoas a deixarem seus países de origem em busca de um futuro promissor, através de novas oportunidades e melhores condições de vida.

Nesse contexto, emerge a questão dos refugiados, que, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), são indivíduos que atravessam fronteiras em busca de proteção e sobrevivência, diante de situações de violação dos direitos humanos (ACNUR, 2024). Dados recentes da ACNUR revelam que atualmente há 123,2 milhões de pessoas deslocadas à força no mundo, o que equivale a um desalojado para cada 67 habitantes do planeta (ONU NEWS, 2025).

Tais números são alarmantes e refletem o agravamento do fenômeno migratório no contexto da globalização, revelando desafios crescentes na formulação e implementação de políticas migratórias. Enquanto alguns países, como os Estados Unidos, adotam medidas restritivas à entrada e permanência de migrantes, o Brasil destaca-se pela instituição da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, por meio do qual materializa princípios legais e mecanismos de promoção da inclusão social e da garantia dos direitos humanos (ACNUR, 2025).

Para Golgher (2004, p. 21),

Podemos dizer, sem nenhum exagero, que o mundo se moldou também pela migração. Basta olhar o caso do Brasil. Somos um país que sofreu forte influência da emigração europeia: a maioria de nós tem avós, bisavós ou algum antepassado europeu.

O autor ressalta ainda a forte influência africana, trazida de forma forçada e violenta durante o período escravista, cuja interação com as culturas indígenas e europeias formam a base da identidade cultural brasileira contemporânea (GOLGHER, 2004).

Considerando essa realidade, este artigo não visa discutir de forma ampla o fenômeno migratório, mas refere-se uma experiência pedagógica, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que buscou analisar como estratégias participativas, podem contribuir para o pensamento crítico dos alunos. A realização do Júri Simulado não se baseou no julgamento do que é certo ou errado, mas buscou a valorização e a estimulação do desenvolvimento da argumentação fundamentada, por meio da simulação de um tribunal.



O projeto foi desenvolvido e implementado no ano de 2025, com seis turmas do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual de Campos dos Goytacazes, tendo como objetivo principal promover o protagonismo discente e a compreensão de causas e consequências das migrações, tanto no Brasil quanto no mundo, sob a perspectiva dos direitos humanos e da diversidade cultural. A proposta estimulou o desenvolvimento de habilidades argumentativas, o fortalecimento dos valores democráticos e a valorização do diálogo e da escuta ativa no ambiente escolar.

Segundo os autores Azeredo e Jung (2023, p. 2):

O protagonismo do aluno abrange sua participação ativa na aprendizagem, a capacidade de tomar decisões e a habilidade para resolver problemas autonomamente. Além disso, está relacionado à qualidade de suas interações com colegas e professores, trabalho em equipe e assunção de responsabilidades. Os benefícios do protagonismo do aluno são variados, proporcionando maior engajamento e motivação, pois os alunos se sentem valorizados e reconhecidos como contribuintes para seu próprio crescimento intelectual e emocional. Essa abordagem também contribui para o desenvolvimento de habilidades cruciais, como comunicação, resolução de problemas, criatividade e liderança, fundamentais para a vida adulta.

Este estudo é justificado pela relevância da busca por inovação educacional, entendendo-se a escola como um espaço privilegiado para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

Os procedimentos metodológicos basearam-se na realização de um júri simulado, no qual os estudantes assumiram diferentes papéis e desenvolveram argumentos sobre questões relacionadas às migrações. A proposta envolveu pesquisa prévia, construção de discursos e debates em sala de aula, estimulando o raciocínio crítico e a argumentação fundamentada.

Os resultados evidenciaram o engajamento e a autonomia intelectual dos alunos, que se mostraram motivados e participativos em todas as etapas. A atividade revelou-se uma estratégia pedagógica eficaz para o fortalecimento do protagonismo discente e da formação cidadã, em consonância com valores democráticos e com a reflexão sobre temas contemporâneos.

METODOLOGIA

O trabalho incidiu-se sob uma abordagem qualitativa, desenvolvida em um ambiente estruturado segundo os princípios da sala invertida (*flipped classroom*), adaptado para a realização do debate. Segundo Bacich e Moran (2018, p. 15), “na abordagem da sala de aula



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

invertida, o aluno estuda previamente, e a aula torna-se o lugar de aprendizagem ativa, onde há perguntas, discussões e atividades práticas”.

Primeiramente, o espaço foi dividido de modo que os grupos ficassem posicionados frente a frente, com placas de identificação visíveis, a fim de facilitar a dinâmica entre os alunos. Em seguida, um bolsista atuou como juiz, responsável por conduzir o andamento do júri, organizar o tempo de fala e garantir o cumprimento das regras. Para além disso, três bolsistas exercearam o papel de jurados, incumbidos da avaliação das argumentações apresentadas.

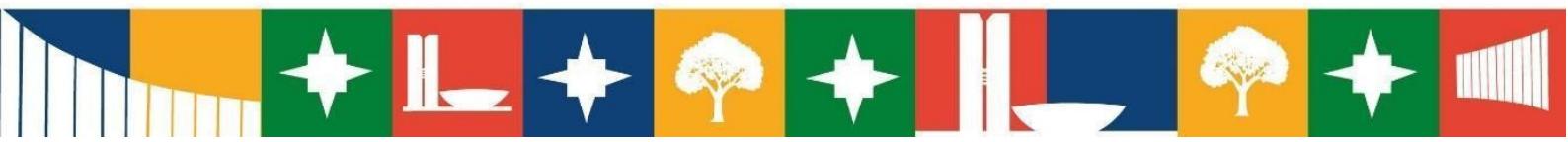
A estrutura do debate seguiu o seguinte formato: a acusação iniciou com cinco minutos de exposição, seguida pela defesa, com três minutos de réplica, e, por fim, uma tréplica de dois minutos pela acusação. Antes de cada rodada, os grupos dispunham de cinco minutos para organização dos argumentos. O controle do tempo foi realizado por meio de um cronômetro digital exibido em uma TV conectada a um tablet, garantindo transparência e respeito às regras estabelecidas.

Os estudantes foram orientados a utilizar fontes confiáveis e dados atualizados, evitando opiniões sem fundamentação teórica, além de referenciar adequadamente as informações utilizadas. Os temas abordados no júri incluíram xenofobia, terrorismo, emprego, cultura, intolerância religiosa, desigualdades socioeconômicas, perseguições políticas, guerras e migrações motivadas por trabalho e estudo.

A avaliação dos grupos considerou critérios como qualidade dos argumentos, embasamento teórico, organização discursiva e desempenho nas etapas de réplica e tréplica. O grupo vencedor foi aquele que apresentou maior domínio do conteúdo, coerência argumentativa e capacidade de análise crítica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Geografia propõem práticas pedagógicas que ampliam as experiências dos estudantes, incentivando novas formas de compreender e representar o espaço geográfico (BRASIL, 1998). Essas orientações buscam desenvolver a capacidade crítica e reflexiva dos discentes diante das relações entre sociedade e natureza, evidenciando como as ações humanas transformam o meio e dele dependem para o próprio desenvolvimento.





O ensino de Geografia pode ser conduzido de diferentes maneiras, destacando-se o papel do professor como mediador do processo de aprendizagem, apoiado por materiais didáticos adequados a cada etapa escolar. A disciplina é abordada de forma progressiva, com aprofundamento dos conteúdos conforme a faixa etária e o nível de ensino. Nesse sentido, Lacerda (2009, p. 8) ressalta que “um ensino de qualidade envolve uma conduta, a educação não deve ser considerada como um produto”, reforçando que o aprendizado deve ser compreendido como um processo contínuo e formativo.

Sob essa perspectiva, é essencial que o docente valorize as vivências dos alunos e promova formas de aprendizagem dinâmicas e lúdicas, possibilitando que reconheçam a presença da Geografia em seu cotidiano. A inserção de experiências reais no processo educativo favorece o envolvimento e a compreensão dos conteúdos, tornando a aprendizagem mais significativa. Assim, torna-se fundamental investir em novas metodologias e recursos didáticos, rompendo com paradigmas da educação tradicional e criando práticas pedagógicas que estimulem a criticidade. Conforme Candaú (2011, p. 18), “a didática tem por objetivo o ‘como fazer’, a prática pedagógica, mas este só tem sentido quando articulado ao ‘para que fazer’ e ao ‘por que fazer’”.

A interação entre professor e aluno, aliada a uma base curricular consistente, contribui para uma aprendizagem mais crítica, permitindo compreender as relações entre sociedade e natureza, bem como os conceitos de paisagem, território, lugar e região. No Ensino Médio, tais conteúdos podem ser aprofundados, especialmente em temas como a globalização, que envolve dimensões políticas, sociais, econômicas e ambientais do espaço geográfico.

A Geografia deve, portanto, abordar conjuntamente as interações entre sociedade e natureza, analisando suas expressões no espaço. Conforme os PCN (BRASIL, 1998), é necessário que os alunos desenvolvam habilidades de observação, descrição, experimentação, analogia e síntese, a fim de compreender e representar os processos de formação do espaço e das paisagens.

Nessa perspectiva, Nóvoa (1995, p. 25) enfatiza que “a formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada”, ressaltando a importância da formação contínua e criativa na construção da identidade docente.



Sob essa perspectiva metodológica, a realização de atividades didáticas como o júri simulado sobre migrações possibilita uma abordagem interdisciplinar de questões sociais, econômicas, políticas e ambientais, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre os fenômenos que envolvem o deslocamento humano. A partir dessa metodologia participativa, os estudantes compreendem que fazem parte ativa das dinâmicas socioespaciais, percebendo-se como sujeitos que interferem direta ou indiretamente nas transformações das paisagens e dos territórios.

O uso de recursos visuais durante o júri, como imagens, vídeos, mapas e reportagens, favorece a compreensão dos conteúdos e torna o debate mais significativo. Esses elementos auxiliam os discentes na análise das modificações nos espaços geográficos provocadas pela ação humana e pelos processos naturais, ampliando sua percepção sobre os impactos das migrações no mundo contemporâneo. É papel do professor contextualizar essas transformações e promover a reflexão crítica dos educandos acerca da realidade estudada.

No contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino de Geografia assume papel essencial na construção do pensamento espacial e do raciocínio geográfico (BRASIL, 2018), princípios que orientam práticas pedagógicas inovadoras, como o júri simulado. Essa proposta estimula a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem e a construção coletiva do conhecimento, a partir de situações que envolvem análise, argumentação e tomada de decisão.

De acordo com Oliveira (1998, p. 140),

Este caminho dialético pressupõe que o professor se envolva não só com os alunos, mas sobretudo com os conteúdos a serem ensinados. Ou seja, o professor deve deixar de dar os conceitos prontos para os alunos, e sim, juntos, professores e alunos participarem de um processo de construção de conceitos e de saber.

O desenvolvimento do pensamento espacial e do raciocínio geográfico estão relacionados às unidades temáticas previstas na BNCC (BRASIL, 2018), como: O indivíduo e seu lugar no mundo; Conexão e escala; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial e; Natureza, ambientes e qualidade de vida. Essas dimensões permitem compreender o fenômeno migratório sob diferentes perspectivas, conectando o local ao global.

Para Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 13),



A melhoria da qualidade da educação efetivar-se-á por meio da criação de sistemas nacionais de avaliação da aprendizagem e pela garantia de insumos crescentes nas escolas, tais como: livros, textos, equipamentos, laboratórios e formação pedagógica.

Dessa forma, o júri simulado configura-se como uma estratégia pedagógica inovadora no ensino de Geografia, por articular teoria e prática e favorecer o desenvolvimento da capacidade de reflexão, julgamento ético e da formação cidadã. Ao analisar os processos migratórios sob múltiplas dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais, essa metodologia contribui para uma compreensão integrada do espaço geográfico e do papel dos sujeitos na construção e transformação das realidades territoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência pedagógica do júri simulado sobre migrações foi aplicada com seis turmas do Ensino Médio, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), tendo como campo uma escola da rede estadual de Campos dos Goytacazes, fundada em 1880, que funciona em um prédio histórico e recebe alunos de diferentes regiões do próprio município e de municípios vizinhos.

Por meio da realização do projeto, foi possível observar diferentes dimensões do aprendizado geográfico, que foram organizadas em três categorias analíticas:

- I. Protagonismo e engajamento discente;
- II. Desenvolvimento do pensamento crítico e argumentativo;
- III. Compreensão das dinâmicas migratórias e do espaço geográfico.

I. Protagonismo e engajamento discente

Durante a execução do júri, observou-se um alto nível de participação e envolvimento dos estudantes, tanto na fase de pesquisa quanto nos momentos de debate. A divisão entre grupos de acusação e defesa estimulou o senso de responsabilidade coletiva e a cooperação entre os colegas, evidenciando o protagonismo discente, conforme defende Azeredo e Jung (2023) ao apontar que o aluno deve ser sujeito ativo da própria aprendizagem.

A preparação prévia, baseada na metodologia da sala de aula invertida (Bacich; Moran, 2018), favoreceu o estudo autônomo e o domínio dos conteúdos. Notou-se que os



estudantes se mostraram motivados ao explorar o tema das migrações de forma dinâmica, articulando dados, notícias e conceitos geográficos.

Esse engajamento revela que metodologias ativas, como o júri simulado, fortalecem a relação entre ensino e prática social, permitindo que o discente compreenda a Geografia como uma ciência viva e aplicada à realidade. Essa observação corrobora com Candau (2011), ao afirmar que o ensino deve articular o “como fazer” ao “por que fazer”, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

II. Desenvolvimento do pensamento crítico e argumentativo

A segunda categoria observada refere-se à capacidade de análise e argumentação desenvolvida pelos alunos ao longo da atividade. As falas registradas durante o júri evidenciaram a ampliação da habilidade de interpretar informações, organizar ideias e construir discursos fundamentados, com base em dados científicos e fontes confiáveis.

De modo geral, os grupos demonstraram consistência argumentativa, citando exemplos reais de crises migratórias e políticas internacionais. Muitos estudantes conseguiram estabelecer conexões entre causas sociais, econômicas e ambientais das migrações, interpretando-as como fenômenos complexos e multifatoriais.

Essa capacidade de reflexão crítica aproxima-se do que propõe Kemmis (1987), ao definir que pensar criticamente implica contextualizar-se historicamente nas ações sociais e educativas, adotando uma postura ética e transformadora.

Percebeu-se, ainda, que o exercício de defesa e acusação despertou nos estudantes empatia e capacidade de escuta ativa, pois precisaram compreender e respeitar a posição do grupo oposto. Essa troca dialógica reforça a perspectiva de Oliveira (1998), que destaca o valor do processo coletivo na construção do saber.

III. Compreensão das dinâmicas migratórias e do espaço geográfico

A terceira categoria analítica corresponde à apropriação dos conteúdos geográficos e à capacidade dos alunos de relacionar teoria e prática. Ao final das atividades, as produções e discursos evidenciaram a compreensão de conceitos como território, paisagem, escala, globalização e redes geográficas.



Os discentes conseguiram articular esses conceitos ao contexto das migrações contemporâneas, reconhecendo as interdependências entre fatores políticos, econômicos e ambientais. Essa integração entre teoria e realidade reforça os princípios da BNCC (BRASIL, 2018), que orienta o ensino de Geografia à construção do pensamento espacial e raciocínio geográfico.

O raciocínio geográfico [é] uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplica determinados princípios para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas (BRASIL, 2018, p. 359).

Além disso, a análise qualitativa das observações revelou que os alunos passaram a reconhecer a dimensão humana e social das migrações, superando visões simplistas de deslocamento populacional. Essa percepção amplia o olhar geográfico, conforme indicam Lacerda (2009) e Növoa (1995), ao afirmarem que o ensino deve promover reflexão, autonomia e sensibilidade social.

Síntese interpretativa

Os resultados evidenciam que o júri simulado consolidou-se como uma ferramenta pedagógica eficaz para o ensino de Geografia, promovendo aprendizagem significativa, engajamento e desenvolvimento crítico. A atividade permitiu integrar conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, em consonância com o que orientam os PCN e a BNCC, fortalecendo a formação cidadã dos estudantes.

Essa experiência também reafirma a importância da mediação docente, conforme Candau (2011), pois o papel do professor é essencial para orientar o diálogo, garantir o respeito às diferenças e estimular a análise fundamentada. Em síntese, o júri simulado sobre migrações contribuiu para a construção de um saber geográfico crítico e emancipador, que ultrapassa a memorização e valoriza o pensamento reflexivo, participativo e ético.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do júri simulado sobre migrações demonstrou-se uma experiência pedagógica significativa no ensino de Geografia, ao possibilitar aos estudantes o desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação e da autonomia intelectual. A metodologia ativa adotada favoreceu a compreensão dos processos migratórios sob múltiplas



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

perspectivas sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais, e permitiu que os discentes refletissem sobre o papel do ser humano na transformação do espaço geográfico.

Os resultados evidenciaram que a atividade contribuiu para a formação cidadã dos estudantes, promovendo valores democráticos, a escuta ativa e o respeito à diversidade. O protagonismo discente foi um dos aspectos mais relevantes observados, pois os alunos assumiram responsabilidade pelo próprio aprendizado e se tornaram agentes ativos no processo de ensino, em consonância com as orientações dos PCN e da BNCC.

Além disso, a proposta mostrou que metodologias participativas e dialógicas, como o júri simulado, são capazes de integrar teoria e prática, favorecendo aprendizagens contextualizadas e significativas. Essa abordagem reafirma a importância do papel mediador do professor, como apontam Candau (2011) e Oliveira (1998), que defendem uma prática pedagógica voltada para a reflexão e a construção coletiva do saber.

O trabalho também reforça a contribuição do PIBID como espaço de formação e experimentação de práticas inovadoras, aproximando o Ensino Superior à realidade escolar e ampliando a compreensão sobre as potencialidades das metodologias ativas no ensino de Geografia.

Por fim, entende-se que o júri simulado pode ser aplicado em outros contextos e temáticas, tornando-se uma estratégia viável para o ensino de diferentes conteúdos geográficos. Sugere-se, portanto, a continuidade de estudos que aprofundem as discussões sobre o uso de metodologias ativas e participativas na educação básica, de modo a fortalecer o compromisso da escola com uma educação crítica, reflexiva e humanizadora, capaz de formar sujeitos conscientes de seu papel na sociedade e no mundo.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Refugiados: dados sobre refugiados no Brasil e no mundo.** 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org.br/sobre-o-acnur/quem-ajudamos/refugiados>. Acesso em: 13 out. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Dados: refugiados no Brasil e no mundo.** 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org.br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 9 out. 2025.

AZEREDO, Isabel; JUNG, Hildegard Susana. **O protagonismo no processo de aprendizagem: percepções de estudantes.** Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática, Itapetininga, v. 14, e023018, p. 1–21, 2023. Disponível em:



<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/1496>. Acesso em: 4 out. 2025.

BACICH, Lilian; MORAN, José (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. Disponível em: https://www.tecnodocencias.com/ava/pluginfile.php/2390/mod_resource/content/1/Metodologias%20Ativas%20para%20uma%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inovadora%20Uma%20Abordagem%20Te%C3%B3rico-Pr%C3%A1tica%20by%20Lilian%20Bacich%20%20Jos%C3%A9%20Moran.pdf. Acesso em: 5 out. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/bncc>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Didática: questões contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Inep, 2007.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2004. (Texto para Discussão, n. 231). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6520019.pdf>. Acesso em: 4 out. 2025.

KEMMIS, Stephen. **Teoria da prática educativa**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

LACERDA, Anselmo Pereira de. **Didática da Geografia: uma prática de ensino reflexiva**. São Paulo: Contexto, 2009.

NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações**. São Paulo: Contexto, 1998.

ONU NEWS. **Deslocados à força atingem novo recorde de 123 milhões em todo o mundo**. 12 jun. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/06/1849416>. Acesso em: 9 out. 2025.

